

Considerações preliminares sobre as cudinas, travestilidades indígenas mbayá- guaicuru

• Revista  **mosaico**

Dandriel Henrique da
Silva Borges¹
<https://orcid.org/0000-0001-8508-7114>

**Preliminary
considerations
about the
cudinas, mbayá-
guaicuru
indigenous
transvestilities**

Resumo

Essa Nota de Pesquisa foi elaborada enquanto uma análise, não exaustiva, sobre discursos de não-indígenas acerca de travestilidades indígenas entre o povo mbayá-guaicuru e seu subgrupo kadiwéu. As fontes usadas, datadas entre os últimos anos do século XVIII e o decorrer do século XIX, foram lidas criticamente à luz do contexto histórico e social do Brasil na época, no qual um projeto político de construção de um ideal de nação tomou forma. Nessas arguições, buscou-se compreender as influências de tais circunstâncias nos discursos analisados. Foram ainda elencadas fontes do século XX, sendo contrapostas as de séculos anteriores, buscando assim aprofundar o entendimento exposto sobre discursos perpetuados por escritos de não-indígenas acerca dessas travestilidades indígenas estudadas, as cudinas.

Palavras-chave: História Indígena; Travestilidades; Gênero e sexualidade; Memória; Mbayá-guaicuru.

Abstract

This Research Note was prepared as a non-exhaustive analysis of non-indigenous discourses about indigenous transvestilities among the Mbayá-guaicuru people (and their Kadiwéu subgroup). The sources used, dated between the last years of the 18th century and the course of the 19th century, were critically read considering the historical and social context of Brazil at the time, in which a political project for the construction of an ideal of nation took shape. These arguments sought to understand the influences of such entities on public discourse. Sources from the 20th century were also listed, contrasting those from previous centuries, thus seeking to deepen the exposed understanding of discourses perpetuated by non-indigenous writings about these studied indigenous travestilidades, the cudinas.

Keywords: Indigenous History; Transvestilities; Gender and sexuality; Memory; Mbayá-guaicuru.

Considerações iniciais

Essa pesquisa surgiu a partir de interesses na história das pessoas que, seja na perspectiva da sociedade na qual estiveram ou na daqueles que sobre elas escreveram, viveram suas vidas expressando identidades que romperam com aquelas mais comumente associadas aos indivíduos de seu sexo. Pessoas essas que se estivessem no tempo presente¹ tenderiam a ser identificadas, senão por si mesmas, por outros que sobre elas refletissem, enquanto pessoas transgêneras, travestis, transexuais, 'trans', binárias ou não-binárias (sem perder de vista, que esses termos, não necessariamente, se auto anulam ou competem entre si)². Em síntese, essa pesquisa surge do interesse na história dessas 'transgressões' de gênero³, algo como uma 'história das transgeneridades'.

Entrei na graduação com o ímpeto descrito acima, e logo me atraí por grupos de indivíduos do passado, de antes das pessoas 'trans' serem reconhecidas por esse termo. Encaminhei-me então para um interesse por populações originárias. Por isso já cheguei até a pesquisar e publicar sobre os *two-spirits*, indígenas membros de povos da América do Norte que vivenciaram papéis sociais plurais, para além daqueles mais recorrentes às pessoas de seu sexo⁴. Pensando de modo mais focado para a monografia, decidi me direcionar a um território mais próximo. Essa mudança foi feita almejando um acesso mais facilitado a fontes e bibliografias, assim como melhores possibilidades de atingir, ainda que em perspectivas preliminares, potenciais de inovação e contribuição para com o campo historiográfico e, quem sabe, outras ciências.

Construída enquanto fruto desse trajeto em andamento, essa nota de pesquisa, através da análise de fontes escritas dentre os últimos anos do século

¹ Não ignoro a existência de pessoas como essas no tempo presente. Essa colocação tem em vista indivíduos do recorte temporal que é elucidado nos parágrafos seguintes, por isso está escrito no pretérito (pensando em pessoas dos séculos XVIII e XIX).

² 'Trans', Transexuais, Transgêneros, binários ou não, são conceitos que dizem respeito a diferentes identidades vivenciadas por pessoas que, segundo as perspectivas das sociedades nas quais estão inseridas ou por aquelas nas quais são vistas/analizadas, apresentam seu gênero de modo destoante do mais comumente relacionado as pessoas de seu sexo. Essas 'transgressões' podem ser de um binário ao outro (ir do masculino para o feminino ou vice-versa) ou, ainda, romper com o enquadramento binário (ir do masculino ou do feminino para outra possibilidade, seja ela qual for).

³ Um debate mais focado nos estudos de gênero será desenvolvido no decorrer dessa nota de pesquisa, no tópico intitulado *Por que usar a categoria "travestilidades"?*.

⁴ Conferir também BORGES, 2020; BORGES, 2021b; BORGES; SEIXLACK; ACRUCHE, 2020.

XVIII e o decorrer do XIX, teve por objetivo buscar compreender a construção de ‘discursos oficiais’ da sociedade não-indígena a respeito das cudinas (as quais, logo adiante, serão definidas). Também fez parte dos interesses aqui dispostos, explorar o modo como esses discursos (e seus silenciamentos) foram mobilizados em decorrência dos projetos políticos de grupos dominantes oitocentistas, que almejavam construir uma ‘memória coletiva’⁵ de um passado idealizado por eles. Passado esse, que legitimasse essa nação brasileira que se fundava durante o século XIX. A partir disso, foi elaborado o seguinte problema: como se desenvolveram os discursos acerca das travestilidades indígenas dos mbyá-guaicurus, e de que forma tais discursos foram mobilizados em função de projetos políticos nacionais, no decorrer do século XIX?

Um primeiro esclarecimento faz-se necessário para a melhor fluidez desse texto: quem foram essas tais cudinas? As cudinas foram indígenas de sexo masculino, membros da etnia já citada mbyá-guaicuru, as quais, segundo os relatos de não-indígenas, performavam papéis sociais como as pessoas de sexo feminino de seu povo. Assim, não é surpresa que, perante os olhares dos europeus cristãos (e seus descendentes) que sobre elas escreveram, fossem vistas como ‘homens’ que se comportavam como ‘mulheres’⁶.

Escolhas teóricas para a leitura das fontes e do contexto histórico

Parto, em grande medida, de um quadro teórico da História e Memória. Assim, quando é trazida a ideia de ‘discursos oficiais’, penso na perspectiva de Michael Pollak (1989), que afirma que os tais discursos seriam aqueles propagados por instituições e forças dominantes, como a própria elite imperial, guiados, ao menos em partes, pelos seus desejos. Tais discursos embasariam as ‘memórias oficiais’, aquelas perpetuadas a serviço dos interesses dessas instituições de poder. Em contrapartida, há também os ‘discursos subterrâneos’, que geram as ‘memórias

⁵ Tanto o conceito de ‘discursos oficiais’, quanto o de ‘memória coletiva’ serão explicados na seção seguinte desse texto.

⁶ Optei por referenciar as cudinas com pronomes femininos partindo da perspectiva que apresentavam performatividades “femininas”, ao menos segundo as fontes a seu respeito, tal qual veremos mais adiante. Seja como for, não se pode afirmar, ao menos em princípio, que as tratar no masculino ou com ambos os pronomes em simultâneo (Ex: Ele[a]) seja um erro. Uma escolha foi necessária para padronizar os escritos aqui dispostos.

subterrâneas', que seriam propagadas por grupos minoritários ou excluídos perante as ânsias das tais instituições dominantes.

Esses dois tipos de discursos, embora frequentemente antagônicos, conviveram e convivem nas mesmas sociedades, cada um circulando, em maior ou menor medida, em certos grupos e camadas sociais. Como será mais bem explicado adiante, aqueles que perpetuaram discursos de não-indígenas acerca dos mbyá-guaicurus só passaram a ouvir diretamente os próprios indígenas, ao menos em alguma medida, a partir do século XX. Logo, as fontes oitocentistas analisadas para essa pesquisa vinculam hegemonicamente os 'discursos oficiais'.

Outro conceito que aqui apropriado é o de 'memória coletiva', desenvolvido por Maurice Halbwachs (2003), que diz respeito à memória compartilhada, por gerações, em grupos de indivíduos, esses possuidores de algum vínculo, seja ele sanguíneo ou imaginário⁷. Segundo essa perspectiva, mesmo memórias individuais necessariamente sofreriam influência de fatores externos, do ambiente no qual os indivíduos estão inseridos. Assim, as fontes analisadas, ainda que pouco numerosas, não foram vistas como casos individuais, mas sim como frutos dos contextos históricos e sociais nos quais os atores históricos que as produziram estavam inseridos. Há de se ter em mente também que o projeto político, perpetuado por elites oitocentistas para fundar um ideal de nação brasileira, incluía a construção de uma 'memória coletiva' de certo passado que legitimasse aquele presente (ALMEIDA, 2012; GUIMARÃES, 1988; KODAMA, 2007).

Ainda sobre as memórias, tanto a 'oficial', institucionalizada, quanto aquela 'subterrânea', sobrevivem nos mesmos conjuntos humanos. Como lembra Paul Ricoeur (2007), o esquecimento é algo irremediável. A grande questão é o que a manipulação da memória, através de, por exemplo, disputas de discursos, escolhe perpetuar em sua seletividade. Na maioria das vezes, o perpetuado deriva da história 'oficial'. Ainda assim, voltando às discussões do Pollak (1989), em diferentes momentos históricos, por diferentes razões e ações humanas, a 'memória subterrânea' emerge em conflitos mais aparentes, se chocando e sendo capaz de alterar aquela institucionalizada. Uma problemática a se considerar em estudos históricos diz respeito a ausência de fontes que trouxessem à tona o 'discurso

⁷ Por vínculo "imaginário" compreendo aqueles de natureza não sanguínea, como, por exemplo, de natureza política, ideológica e/ou cultural.

subterrâneo' e, com ele, uma memória que pudesse ser contraposta à 'oficial'.

Essas discussões teóricas em muito condizem com as análises metodológicas da história, realizadas pelo famoso historiador francês, Jacques Le Goff (2013). Segundo esse pesquisador a construção da história, ou melhor, a construção da história através das escritas e narrativas humanas é, necessariamente, parcial. De modo mais ou menos aparente, sempre existem julgamentos. Até por isso é dever do historiador buscar analisar o contexto no qual as fontes por ele trabalhadas foram constituídas, para assim entender os julgamentos morais nelas impostos. Só tendo isso em mente um profissional seria capaz de fazer uma boa análise histórica. Se o modo como se escreve é importante, o que se escolheu para ser (ou não) propagado nas fontes também o é. Não à toa, Le Goff defende que os próprios silenciamentos perpetuados por fontes teriam um potencial papel de fonte em si. Silenciamento esse que pode ser ilustrado nos casos analisados nessa nota de pesquisa. O que era considerado aspectos de 'caráter' ou de 'comportamento' que destoavam, primeiramente, dos padrões morais trazidos pelos europeus cristãos, depois pelos valores elencados para a construção de uma ideia de nação brasileira ideal, muito influenciada pelos primeiros, deveria ser silenciado dos 'discursos oficiais' ou, quando não, elencados com desprezo, deixando explícito o desgosto sobre as cudinas, por parte daqueles que as mencionaram.

Por que usar a categoria “travestilidades”?

Buscando uma mais efetiva compreensão sobre as cudinas em si, o estudo aqui apresentado toma como referencial inicial Judith Butler (2018). Partindo das discussões dessa intelectual, compreendo 'gênero' como uma categoria em constante mutabilidade, nunca estável. Representaria, então, parte da identidade de cada ser humano, construído com base nas performatividades do indivíduo em relação aos outros e à sociedade na qual está inserido. Aqui falo desde ações e gestos, até o que mais compuser o cotidiano da realidade social de uma dada pessoa.

O 'gênero' se configura como uma categoria que é essencialmente permeada pelo modo com uma pessoa se expressa, através de seu corpo, perante

tudo (e todos) a sua volta. De certa forma, é o modo como cada pessoa se ‘apresenta’ perante o mundo a seu redor. Tendo tudo isso em mente, a performatividade da identidade de um ser humano é indissociável dos contextos históricos, sociais, políticos, espaciais e tantos outros nos quais essa pessoa está inserida, conscientemente ou não. Assim, ao menos em alguma medida, o corpo humano vivenciaria um processo de construção cultural.

Parto do entendimento sobre a impossibilidade de compreender como as *cudinas* eram entendidas perante seu próprio povo, no recorte temporal estudado. Dessa forma, considero como pouco aplicável neste caso um conceito como ‘travesti’, comumente associado a pessoas de sexo masculino que performam identidades tidas como femininas dentre a sociedade na qual estão inseridas ou pela qual são lidas.

Dialogo então com a ideia de “travestilidade”, que segundo Wiliam Peres (2005, p. 26), trataria “de uma multiplicidade de possibilidades na qual nenhuma [dessas pessoas] deve ser tomada como modelo absoluto, evidenciando processualidades infinitas de corpos que tomam a metamorfose como modos de felicidades”. Desta feita, o conceito de “travestilidades”, no plural, é aqui usado não como uma ‘caixinha’ para limitar estritamente as existências das *cudinas*, mas, pelo contrário, o uso dessa categoria plural desde sua gramática, aqui intenciona sinalizar a multiplicidade de possibilidades, de performatividades, nas quais esses indivíduos, de tão difícil compreensão plena, poderiam estar adequados (BORGES, 2021a).

As fontes dos últimos anos do século XVIII e decorrer do XIX analisadas

Não são numerosas as fontes que abordam as *cudinas*. Em relação ao período que vai de 1795 até o fim do século XIX, encontrei menções a elas em cinco documentos:

As duas primeiras fontes são relatórios feitos por militares (ALMEIDA SERRA, 1850; PRADO; 1839) que, na época de seus escritos, 1795 e 1803, eram comandantes do Forte de Coimbra, na região limítrofe entre o sul da província brasileira do Mato Grosso com o Paraguai, onde havia um crescente contato entre portugueses e os *mbayá-guaicurus*. A terceira é o clássico *O estado de direito entre os autochtones do Brazil*, datado de 1832, de autoria do famoso viajante botânico

bávaro que teve por um de seus destinos o Brasil, Carl Friedrich Philipp von Martius (1906). A quarta deriva de um dos textos do livro *Entre nossos índios* que, embora lançado no século XX, reúne escritos nunca publicados, de Alfredo Taunay (1931), o Visconde de Taunay, reconhecido político, escritor e militar brasileiro. Tais escritos foram compilados postumamente por seu filho. A quinta e última fonte, datada de 1895, sendo a que mais destoa das demais, deriva dos anexos presentes na obra que é considerada a primeira etnografia sobre os mbayá-guaicurus ou, mais especificamente, de seu subgrupo remanescente⁸, os kadiwéus, intitulada de *Os caduveos* (1975). Tais anexos não foram escritos pelo autor da obra em si, Guido Boggiani, mas sim pelo então Diretor do Museu de Roma, Giuseppe Colini.

A exceção dessa última fonte, escrita por um autor em um contexto social distinto dos demais, e que, até onde pude descobrir, nunca nem esteve no Brasil, o que encontrei quanto aos discursos acerca das cudinas apresenta algum padrão. Sinteticamente, temos: discursos sempre moralizantes, com elas sendo associadas às meretrizes, ao pecado, à luxúria, à libidinidade, à depravação, à malícia, ao nefando, à sodomia, a fingirem ser quem não eram, à perversão, à aberração, à imoralidade e à deformação moral, ou seja, à deformação da alma. Apresentado isso, reforço algo já escrito anteriormente: o baixo número de menções às cudinas que, quando são citadas, o são de modo negativo, também diz muito. Mais especificamente, sobre silenciamentos e apagamentos⁹.

As fontes do século XX: uma contraposição aos discursos dos oitocentos

Fiz uso de livros, recortes de relatórios e entrevistas de autoria de Darcy Ribeiro (1979,1986a,1986b,1997, 2019), pesquisador que representou um marco na abordagem, não só sobre guaicurus, mas sobre indígenas no geral. Através da oralidade daqueles povos, o antropólogo, já em meados do século XX, foi também responsável por abrir espaço para o aflorar da memória subterrânea que até então

⁸ Segundo a historiografia estabelecida, o único subgrupo guaicuru que sobreviveu, desde o final do século XIX, foram os kadiwéus.

⁹ Um artigo trazendo em seu problema central a busca, através de estudos de casos com outros territórios e/ou temporalidades, a construção de argumentações que corroborem para com a tese da existência das cudinas, para além das fontes citadas, encontra-se em fase de escrita, tendo como título provisório: *Seriam as cudinas reais? Reflexões a respeito de travestilidades indígenas dentre o povo mbayá-guaicuru no Brasil do século XIX.*

sobrevivia perpetuada apenas entre os próprios indígenas. Não ignorei, porém, o fato de tudo que Ribeiro ouviu e estudou, também ter passado por seus próprios ‘filtros’. Em outras palavras, pelos seus intrínsecos processos, mais ou menos intencionais, de seleção e omissões, entre o que ouviu, para o que tomou notas (sejam mentais ou escritas) e, por fim, o que escreveu em suas produções e publicou. Assim como nenhuma outra, Darcy Ribeiro não é uma fonte neutra, até porque, como já coloquei antes, isso é uma impossibilidade. Não obstante, como a análise demonstrou, o trabalho desse famoso antropólogo permite um aflorar de novas perspectivas a respeito de diferentes aspectos do povo mbyá-guaicuru, mais especificamente seus descendentes e subgrupo, os kadiwéus¹⁰.

As cudinas, segundo registros de Darcy Ribeiro, não foram tratadas em nenhum momento como indivíduos malquistos, desprezados ou párias. Por outro lado, o antropólogo também não vai ao outro extremo, como se as cudinas fossem mais bem tratadas que o resto do seu povo. Ele as retrata como pessoas que, segundo a memória daquele presente no qual pesquisou, seriam aceitas sem problemas entre os seus, tanto quanto quaisquer outros indivíduos não-cudinas das sociedades mbyá-guaicuru. Um único porém é que as cudinas seriam reconhecidas particularmente pelos seus talentos artísticos, de pintura.

Resultados preliminares

A partir da análise de fontes e da revisão bibliográfica realizada, compreendo que no contexto do Brasil oitocentista tomou forma, em diferentes meios, idealizações mitificadas que almejaram construir um indígena romantizado enquanto “símbolo nacional” (ALMEIDA, 2012; GUIMARÃES, 1988; KODAMA, 2007,2010; PARAISO, 2010; SCHWARCZ, 1997). Este indígena ideal, diferente dos indígenas reais que eram tidos como ‘decadentes’, os quais tenderiam a ‘assimilação’¹¹, seria

¹⁰ Um artigo trazendo em seu cerne as contribuições de Darcy Ribeiro para as análises sobre as cudinas encontra-se em fase de escrita, tendo por título provisório: *Contribuições de Darcy Ribeiro para os estudos sobre as cudinas do povo mbyá-guaicuru e kadiwéu: oralidade e memória coletiva enquanto exemplos de resistência indígena*.

¹¹ Ou seja, a serem absorvidos pelas culturas de base europeia cristã, “perdendo” suas identidades originárias e, segundo se pensava, deixando de serem indígenas. A de se lembrar que, até algumas décadas atrás, mesmo a academia perpetuava a ideia de que modificações culturais significavam perda de identidade. Atualmente, principalmente desde o avançar dos trabalhos de

parte das raízes da história nacional, legitimando o projeto de nação que se objetivava construir, assim como os interesses de elites imperiais. Essas últimas ainda tão presas às tradições e às moralidades cristãs europeias, presentes no que hoje é o Brasil, desde o século XVI, com a chegada das primeiras caravelas.

Nesse cenário de interesses dos tais grupos dominantes e de instituições de poder por elas tão influenciadas, há espaço para o guaicuru como ‘índio cavaleiro’ que tanto resistiu aos portugueses, mas não há interesses em travestilidades indígenas, pois o que era enxergado enquanto ‘luxúria’ e ‘imoralidade’ não ansiava aos discursos oficiais. Assim, cabiam às cudinas duas possibilidades de representações: ora desprezadas, representadas como ‘pecado’, uma espécie de ‘mancha’ desse passado; ora nem deveriam sequer serem representadas ou lembradas, cabendo a elas o silêncio dos tais discursos oficiais, objetivando seu apagamento.

Ainda assim, recorrendo às fontes do século XX, se torna possível a compreensão de que a oralidade se apresentou como um fator essencial na preservação de discursos subterrâneos e das memórias subterrâneas por eles perpetuadas. Elas resistiram, de modo paralelo, à construção de um discurso oficial, antagônico, que era arquitetado de acordo com os interesses dos grupos dominantes e das ideias de passado (e presente) que intencionavam para aquela nação que estava sendo construída. É importante, porém, lembrar que esses interesses oitocentistas estavam enraizados em valores europeus e cristãos que foram trazidos e impostos violentamente desde os primeiros contatos e posteriores intervenções de europeus e, após, seus descendentes, nessas terras que hoje são chamadas de Brasil. Exemplifica-se assim, também, uma das formas de resistências originárias, perante imposições não-indígenas.

Dito tudo isso, entendo esses como resultados preliminares. Explicito aqui a defesa de que para um melhor entendimento sobre os discursos não-indígenas a respeito das cudinas, futuras pesquisas e seus resultados publicados deverão explorar mais discursos sobre os mbayá-guaicurus no geral e suas valorações,

esquisadores estrangeiros, como Fredrik Barth (2011) e, aqui no Brasil, a partir das renovações trazidas pela Nova História Indígena desde a década de 1980, compreende-se cada vez mais que mudanças não são “perdas”, mas sim estratégias essenciais para a sobrevivência de qualquer povo. Aliás, nenhuma sociedade (a exceção das isoladas) destoaria dessa premissa, seja indígena ou não. A ideia de que para uma cultura se manter “verdadeira” deveria ser “estática”, segue em declínio.

depreciações e apagamentos.

**Nota de pesquisa recebida em 15 de julho de 2021.
Aprovada para publicação em 25 de outubro de 2022.**

Referências

ALMEIDA, Maria Regina. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/39>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco de. Continuação do parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 348-395, 1850.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAR, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederick Barth. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 185-227.

BOGGIANI, Guido. **Os Caduveos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EdUSP, 1975.

BORGES, Dandriel. Americanidades silenciadas: usos e abusos da categoria “travestilidades” para a compreensão das culinárias do povo indígena mbyá-guaicuru. *In*: DANTAS, Alexis; LEMOS, Maria Teresa. (Orgs.). **América Latina: espaços pluriculturais: cultura, etnicidade, confronto**. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2021a, p. 13-34.

BORGES, Dandriel. Há sangue na terra onde o Sol se põe: Narrativas sobre Two-Spirits. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS DOS ESTADOS UNIDOS, 6, 2020, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: UFF, 2020. p. 18-38. Disponível em: <http://historiadoseua.uff.br/wp-content/uploads/sites/113/2020/03/Anais-VI-Eneua.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BORGES, Dandriel. Indígena trans? Da América do Norte à América do Sul, um trajeto inicial de pesquisa. *In*: MORGADO, Morgan. (Org.). **A primavera não-binária**: O protagonismo trans não-binária no fazer científico (Edição Impressa). Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota), 2021b, p. 91-102. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/livros>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BORGES, Dandriel; SEIXLACK, Alessandra; ACRUCHE, Hevelly. Two-spirits vs. “homem branco”: corpos e identidades em disputa. *In*: LAGE, Giselle; OSTROWER, Isabel. (Org.). **Cultura, poder e vivências pedagógicas**: II Jornada de humanidades em debate. Divinópolis: Meus Ritmos Editora, 2020, p. 36-54. Disponível em: https://www.academia.edu/43917291/Two_spirits_vs_homem_branco_corpos_e_identidades_em_disputa_Two_spirits_vs_white_man_bodies_and_identities_in_dispute. Acesso em: 20 nov. 2021.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero, um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Caderno de leituras**, n. 78, p. 2-16, 2018. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

COLINI, Giuseppe. Anexos. In: BOGGIANI, Guido. **Os Caduveos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EdUSP, 1975.

GUIMARÃES, Manoel. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>. Acesso em: 15 jul. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

KODAMA, Kaori. A etnografia como um novo campo de saber na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.168, n.437, p. 155-181, 2007. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-437/item/108091-a-etnografia-como-um-novo-campo-de-saber-na-fundacao-do-instituto-historico-e-geografico-brasileiro.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, p. 253-272, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/RyxnVMZSmVWZnq466Y4D7xJ/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. O estado de direito entre os autochtones do Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 11, p. 20-82, 1906.

PARAISO, Maria. Construindo o Estado da exclusão: os índios brasileiros e a Constituição de 1824. **Revista CLIO**, Recife, v. 28, n. 2, p. 1-17, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24259>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PERES, Wiliam. **Subjetividade das travestis brasileiras**: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. 2005. 202f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/4713>. Acesso em: 15 jul. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PRADO, Francisco. Índios cavaleiros ou da nação guaycuru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-57, 1839.

RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu**: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. São Paulo: Global, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy. Darcy Ribeiro e as mulheres. [Entrevista concedida a] Maria Teresa Jaguaribe. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 866, 1986a.

RIBEIRO, Darcy (Ed.) **Suma etnológica brasileira**, volume 3: Arte índia. Petrópolis: Vozes, 1986b.

RIBEIRO, Darcy. Repressão: essa ninguém transa. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 8, jul./ago., 1979.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

SCHWARCZ, Lilia. **As Barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TAUNAY, Alfred. **Entre os nossos índios** : Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurús, Caingangs. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931.

Sobre a autoria

¹Mestrado em História (2021 – atual) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: dandrielhenriqueborges@gmail.com.